



# CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO

## Eleições de 2014

### Orientações para as Comunidades Católicas da Arquidiocese de São Paulo

1. Nas eleições de 2014 **estão em jogo os cargos** de Presidente e Vice Presidente da República; de 1 Senador por Estado; Deputados Federais; Governador e Vice Governador do Estado; Deputados Estaduais.
2. A eleição é uma **oportunidade para confirmar** os políticos e os partidos que estão nos cargos públicos e o modo como estão governando e legislando; **ou para mudar** os mandatários e os rumos da política do País e do Estado. Os cristãos são chamados a participar ativamente na edificação do bem comum, escolhendo bons governantes e legisladores e acompanhando com atenção o exercício de seus mandatos.
3. É importante **conhecer bem as propostas dos candidatos e dos partidos** aos quais estão filiados. Voto consciente é dado com conhecimento. O voto tem consequências e revela a vontade do povo e suas aspirações.
4. **Atenção à corrupção eleitoral.** A Lei 9840, de 1999, veio para moralizar a vida política do Brasil; ela condena o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais e a compra de votos. Os candidatos denunciados e condenados em força dessa lei podem ter seu registro negado ou diploma cassado, além de receber multas. Os fatos de corrupção eleitoral devem ser denunciados à Justiça eleitoral.
5. **Candidato precisa ter ficha limpa.** Desde 2010, está em vigor a Lei complementar 135 ("Lei da ficha limpa"). Por ela, políticos já condenados por crimes eleitorais ou outros, previstos nessa lei, tornam-se inelegíveis pelo tempo previsto na sua condenação. A aprovação dessa lei, de iniciativa popular, contou com expressiva participação das comunidades e organizações da nossa Igreja. É preciso ter credibilidade para representar o povo, legislar, governar e administrar o patrimônio e o dinheiro públicos.
6. Dar o **voto a políticos comprometidos** com o bem comum e não, apenas, com interesses privados ou de grupos restritos. O **exercício do poder político é um serviço ao povo e ao País**; por isso, ele deve estar voltado para as **grandes questões**, como a promoção do bem estar, condições de educação, saúde, moradia digna e trabalho com justa remuneração para todos, saneamento básico, respeito pela vida e a dignidade

humana, superação da violência, proteção e promoção da família e do casamento, justiça e solidariedade social, respeito à natureza e ao ambiente da vida.

7. **Não votar em candidatos comprovadamente corruptos**, envolvidos em escândalos, que promovam discriminação ou intolerâncias, ou tenham como parte de seu programa e partido a aprovação de leis contrárias à justiça, aos direitos humanos, ao pleno respeito pela vida humana, à família e aos princípios da própria fé e moral.
8. **Religião e política**: quem tem fé religiosa é cidadão com direitos e deveres iguais a qualquer outro cidadão; por isso, as pessoas de fé são chamadas a se empenharem na política, cumprindo conscienciosamente seus deveres cívicos, exercendo cargos públicos com dignidade, competência, honestidade e generosidade.
9. É orientação da Igreja Católica Apostólica Romana que os **membros do clero**, em vista da sua missão religiosa, **se abstenham de exercer cargos políticos** ou de militar nos partidos. A política partidária é espaço de atuação dos cristãos leigos, que neles podem exercer melhor seu direito e dever de cidadania, orientados pelos princípios da fé e da moral cristã, e contribuir para a edificação do bem comum.
10. Os **templos e lugares de culto, bem como os eventos religiosos**, não devem ser usados para a propaganda eleitoral partidária (cf Lei 9504, art. 37 §4º). A Igreja Católica Apostólica Romana valoriza a liberdade de consciência e as escolhas autônomas dos cidadãos. A religião não deve ser usada como “cabresto político” e as comunidades da Igreja não devem ser transformadas em “currais eleitorais”.
11. No entanto, os católicos são convidados a se reunirem civicamente para **fazer o discernimento sobre as propostas dos partidos e sobre os candidatos**, dando seu voto a quem, em consciência, julgarem mais idôneo e merecedor de sua confiança.
12. A participação política deve levar ao **engajamento em ações permanentes** para a melhoria da vida política local e nacional, através:
  - a) do **acompanhamento crítico** das ações dos governantes e legisladores e dos gestores públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário;
  - b) da **participação em organizações comunitárias** locais, como os Conselhos Paritários, Associações e diversos serviços voltados para o bem comum;
  - c) de ações voltadas a promover **leis importantes “de iniciativa popular”**, como prevê a Constituição Brasileira de 1988 (cf art. 14);
  - d) do **apoio a decisões e ações políticas acertadas** e importantes; ou da **desaprovação de decisões e ações políticas equivocadas ou inaceitáveis**.

# Palavra do Papa

## Sobre o papel do Estado e da Política:

“A justa ordem da sociedade e do Estado é dever central da Política. Um Estado, que não se regesse pela ordem justa, reduzir-se-ia ao um bando de ladrões, como disse Santo Agostinho (cf. Cidade de Deus, IV,4)... A justiça é o objetivo e, por consequência, também a medida intrínseca de toda política. A política é mais que uma simples técnica para a definição dos ordenamentos públicos: a sua origem e seu objetivo estão precisamente na justiça e esta é de natureza ética” (Bento XVI, *Deus caritas est*, 2005, n. 28).

## Sobre a relação entre Igreja e a Política:

É dever da Igreja “contribuir para a purificação da razão e para o despertar das forças morais, sem as quais não se constroem estruturas justas, nem estas permanecem operativas por muito tempo. Entretanto, o dever imediato de trabalhar por uma ordem justa na sociedade é próprio dos fieis leigos, os quais, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública. Não podem, pois, abdicar da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum (Bento XVI, *Deus caritas est*, n.29).

## Sobre a relação entre fé cristã e vida social e política:

“Ninguém pode nos exigir que releguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos” (Papa Francisco, *Evangelii Gaudium*, 2013 n. 183).